



FOLHA DE METAL

ANO XXII • Nº 438

Abril / 2026



[f](#) [@](#) [/metalcampinas](#)

www.metalcampinas.org.br



Eleição do Sindicato Dias 26, 27, 28 e 29 de Maio

1º de Maio

Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora
Sexta-feira, 1º de Maio, no Largo da Catedral

- ✓ Fim da Escala 6X1
- ✓ Redução da jornada sem redução de salário
- ✓ Fim do feminicídio

Às 9h - Missa do Trabalhador
Às 9h - Concentração no Largo do Pará
ATO POLÍTICO APÓS A MISSA

Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores

1º de Maio é dia de conscientização da classe trabalhadora

O 1º de Maio nasceu da luta da classe trabalhadora, do sangue derramado e da resistência de homens e mulheres que enfrentaram o sistema capitalista, os patrões e a repressão para exigir jornada menor, salário digno e direito à organização.

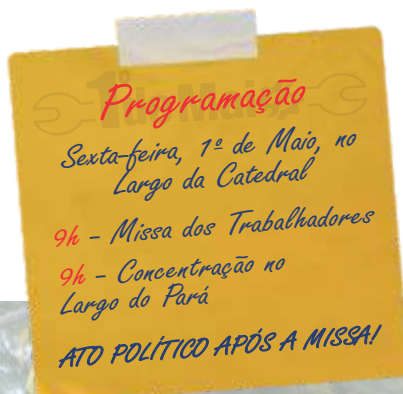
A história dessa data lembra uma realidade que continua atual: nenhum direito caiu do céu. E que ninguém se esqueça: todos os direitos que temos vieram da consciência de classe e da mobilização coletiva.

Memória de luta é um chamado à ação

Em tempos de pressão, assédios, adoecimento e ataque aos direitos, o 1º de Maio é dia de unidade e presença nas ruas.

É dia de levantarmos a cabeça e as nossas bandeiras de luta, históricas e atuais, contra a opressão e a exploração; contra o capitalismo e seus sustentáculos: o patriarcado, a misoginia e o machismo, e o racismo.

E em defesa do emprego, da redução da jornada de trabalho, de mais segurança e saúde dentro e fora das fábricas, do direito ao descanso e ao lazer, à aposentadoria, à vida e ao futuro dos trabalhadores e sua posteridade. **Viva o 1º de Maio!**



Na base

O Sindicato esteve presente em diversas fábricas nas nove cidades da nossa base, dialogando com os trabalhadores, conscientizando sobre a luta pela redução da jornada sem redução de salário, e apresentando propostas de PLR, de PCS e de calendários de dias pontes. Também convocando a categoria para o processo da eleição do Sindicato, marcada para os dias 26, 27, 28 e 29 de maio.



Samsung (Campinas)



Villares (Sumaré)



Dide/MGK (Americana)



Eaton (Valinhos)



Kion (Indaiatuba)

✓ Pelo fim da escala 6x1

✓ Pela redução da jornada sem redução salarial

✓ Pela regulamentação do trabalho por aplicativos

✓ Pelo combate à pejotização

✓ Pelo fortalecimento da negociação coletiva e dos sindicatos como instrumentos de organização da classe

✓ Em defesa da terra, da reforma agrária popular, dos alimentos saudáveis e da vida digna para o povo trabalhador

✓ Em defesa da tarifa zero no transporte público urbano

✓ Pelo fim do feminicídio, do racismo e das desigualdades

✓ Em defesa do SUS

✓ Em defesa da democracia e da soberania nacional

SE LIGA!

- **Presidente Lula sanciona três leis que ampliam proteção a mulheres indígenas e reforçam combate à violência doméstica e familiar**

Pacote inclui monitoramento eletrônico obrigatório, crime de vicaricídio e data para combate à violência contra mulheres e meninas indígenas



09/04/2026

gov.br

- **Pesquisa mostra que brasileiro prefere emprego com carteira assinada**

Levantamento da CNI diz que CLT lidera entre jovens



10/04/2026

agênciaBrasil

- **Júri popular condena 2 réus pelo assassinato de Mãe Bernadete**

Arielson Santos recebeu uma pena de 40 anos de prisão, enquanto a Marílio dos Santos coube uma sentença de quase 30 anos



14/04/2026

CartaCapital

- **Obra de gigante do agro financiada com dinheiro público tinha 468 trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas no MT**

Usina de etanol da Três Tentos no MT foi cenário do maior resgate entre os casos da nova atualização da lista suja



16/04/2026

Brasil de Fato

Salário baixo, juros altos e bets empurram as famílias para o aperto

Pela Reforma Agrária Popular

Eldorado dos Carajás: 30 anos de impunidade e luta pela terra

Trinta anos após o Massacre de Eldorado dos Carajás, a ferida continua aberta. Em 1996, 21 trabalhadores rurais foram assassinados no Pará. Passadas três décadas, a punição foi mínima, a reparação às famílias segue insuficiente e, no estado, mais de 90% dos assassinatos no campo continuam impunes.

Ou seja, o massacre segue vivo na concentração fundiária, na violência no campo e na demora do Estado em enfrentar o latifúndio. Um retrato brutal da estrutura fundiária brasileira, que protege grandes propriedades, castiga quem trabalha na terra e transforma o direito à vida em privilégio de poucos.

Sob pressão

Nesse período, os trabalhadores e trabalhadoras do campo seguem convivendo e lutando contra avanço da soja, da mineração, da grilagem, da especulação e da violência sobre territórios camponeses, áreas tradicionais e regiões de preservação.

A promessa de regularização fundiária não resolveu o essencial. A terra continuou concentrada, a função social da propriedade seguiu desrespeitada e a reforma agrária, direito constitucional, ficou travada diante dos interesses do agronegócio.

O grande capital trata a terra como mercadoria e o resultado é que quem produz alimento enfrenta abandono, ameaça e expulsão da terra.

Memória e Resistência

Em memória da data, o MST realizou, entre 13 e 17 de abril, a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária Popular, com o lema **“Em defesa da Reforma Agrária Popular: basta de violência contra os povos e a natureza”**, com marchas, ocupações, denúncias, atividades de formação e atos políticos em vários estados.

No Pará, a mobilização reuniu o Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra na Curva do S, a reconstrução do monumento em memória dos 21 lutadores assassinados e uma grande marcha até o local do massacre, retomando o caminho interrompido pelas balas da polícia em 1996.

Lembrar Eldorado dos Carajás não basta. É preciso enfrentar o latifúndio, democratizar a terra e fazer da reforma agrária uma pauta viva da classe trabalhadora.

O endividamento das famílias brasileiras é o desenho de um país onde o salário acaba muito antes do mês terminar.

Em março, 80,4% das famílias tinham dívidas, 29,6% estavam com contas em atraso e 12,3% diziam não ter condições de pagar, apontou estudo da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Entre os lares com renda de até três salários mínimos (R\$ 4.863,00), a situação pesa ainda mais: 82,9% estavam endividados e 38,2% já enfrentavam atraso nas contas.

E ao contrário do que muita gente pensa e diz, o problema não nasce de “falta de controle do povo”, mas da combinação entre renda espremida, crédito caro, inflação sobre despesas essenciais e uso de cartão, cheque especial e empréstimos como saída de sobrevivência.

Para piorar, a esse cenário se somou um novo dreno do orçamento popular: o vício nas bets.

As apostas online passaram a pesar no bolso das famílias com força até maior que juros e crédito, revela o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e da FIA Business School.

E o Banco Central informou que, no primeiro trimestre de 2025, os apostadores destinaram até R\$ 30 bilhões por mês às bets.

Longe de ser um lazer, é um negócio que lucra em cima do desespero, vende promessa de dinheiro rápido e devolve dívida, ansiedade e perda de patrimônio para quem já vive no sufoco.

Sem dinheiro para o básico

Diante desse quadro, o governo federal está elaborando algumas medidas.

O Ministério da Fazenda discute uma nova renegociação de dívidas, nos moldes do Desenrola, com foco na população de baixa renda, possibilidade de descontos de até 80%, migração para crédito mais barato e estudo sobre uso de recursos do FGTS para quitar débitos.

Sobre as bets, Lula defendeu publicamente a proibição das plataformas, mas reconheceu que isso depende do Congresso. Enquanto a decisão não sai, o governo mantém ações de contenção, como a autoexclusão das apostas autorizadas e o teleatendimento do SUS para quem enfrenta compulsão por jogos.

No momento, o desafio está em tirar a proposta do papel e aliviar, de verdade, a vida de quem hoje precisa escolher entre pagar o banco, o mercado ou a conta de luz.

Pela vida além do trabalho

Governo envia ao Congresso PL com o fim da escala 6x1 e redução jornada para 40 horas, sem redução de salário

O presidente Lula enviou ao Congresso, com urgência constitucional, projeto de lei que reduz o limite da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem redução salarial. Na prática, o projeto altera a CLT e legislações específicas e coloca fim à escala 6x1.

O objetivo é garantir mais tempo para a vida além do trabalho, tempo com a família, lazer, cultura e descanso. A garantia do descanso ainda pode impactar positivamente a economia, alinhando uma visão moderna de desenvolvimento, que combina produtividade, bem-estar e inclusão social.

O que muda na prática

- Jornada semanal: de 44 para 40 horas
- Descanso: ao menos dois dias de repouso semanal remunerado
- Novo padrão: consolidação do modelo 5x2
- Salário protegido: sem redução salarial
- Abrangência ampla: inclui domésticos, comerciários, aeronautas, radialistas, etc
- Aplicação geral: vale também para escalas especiais e regimes diferenciados
- Flexibilidade: mantém escalas como 12hx36 por acordo coletivo, respeitada a média de 40 horas por semana

Menos adoecimento pelo trabalho

As jornadas mais extensas estão concentradas entre trabalhadores de menor escolaridade e menor renda, o que torna a medida uma redução de desigualdades no mercado de trabalho.

- cerca de 37,2 milhões de trabalhadores têm jornadas acima de 40 horas semanais
- cerca de 14 milhões de trabalhadores estão em escala 6x1
- 26,3 milhões de celetistas não recebem horas extras

Ao ampliar o tempo livre, o projeto busca melhorar a qualidade de vida, fortalecer a convivência familiar e reduzir impactos na saúde.

Em 2025, o país registrou 546 mil afastamentos por doenças psicossociais relacionadas ao trabalho. A mudança alinha o avanço tecnológico e os ganhos de produtividade, já que jornadas mais equilibradas tendem a reduzir afastamentos, melhorar o desempenho e diminuir a rotatividade.

Como é em alguns países:

Chile aprovou a redução gradual da jornada de 45 para 40 horas semanais até 2029; **Colômbia** está em transição de 48 para 42 horas até 2026.

Na Europa, maioria dos países tem jornada de 40 horas ou menos. A **França**, por exemplo, adota 35 horas semanais desde os anos 2000.

Metalúrgicos aprovam Comissão Eleitoral

Na manhã do domingo (12), metalúrgicos e metalúrgicas sócios do Sindicato compareceram em peso para a assembleia de aprovação da Comissão Eleitoral.

No total, mais de 500 pessoas, entre sócios e sócias aptos a votar; ex-diretores, militantes, observadores, representantes de entidades sindicais e movimentos sociais, e parlamentares acompanharam a assembleia e

a votação, que foi feita por meio de aclamação na rua em frente à Sede Central, na Rua Dr. Quirino.

Presença massiva

Mais de 425 companheiros sócios e sócias do Sindicato aprovaram por aclamação a Comissão Eleitoral, responsável pela condução de todo o pleito eleitoral.

A comissão eleita pela assembleia é formada pelos ex-diretores: Lourdes de Souza Aguiar e Darci Pinheiro, ambos trabalhadores aposentados na antiga DAKO, e Pedro Figueiredo, aposentado na Mahle, em Indaiatuba.

A Comissão Eleitoral vai conduzir todo o processo eleitoral para a escolha da diretoria no mandato 2026-2030.

Fique atento e VOTE!

- Nas empresas maiores existirão urnas durante os quatro dias de eleição
- Nas empresas médias e menores haverá urnas itinerantes
- Trabalhadores com afastamento médico deverão votar na Sede Central ou nas Regionais
- Aposentados poderão votar também na Sede Central ou nas Regionais

Não deixe de votar!

Além de uma exigência estatutária, o voto é também uma maneira de dar continuidade a este Sindicato de base, democrático, plural e com independência e autonomia em relação aos patrões, centrais sindicais e partidos políticos. Este Sindicato que está onde a classe trabalhadora está: nas demais categorias, nos movimentos sociais populares e nos espaços religiosos.

O seu voto é um direito e as empresas não podem impedir que você o exerça!

Calendário Eleitoral

24/04 - Publicação do Edital para inscrição de chapa

27/04 a 06/05 - Inscrição de chapa

26, 27, 28 e 29/05 - Primeiro Escrutínio

02, 03, 04 e 05/06 - Segundo Escrutínio

09, 10, 11 e 12/06 - Terceiro Escrutínio

EM CASO DE EMPATE, A NOVA ELEIÇÃO SE DARÁ NOS DIAS 16, 17 E 18/06

QUEM PODE VOTAR E SER VOTADO

Quem está na categoria desde 26/05/2025

Quem é sócio/sócia do Sindicato desde 26/02/2026

Votação das 9h às 18h, nos seguintes endereços (SEDE CENTRAL E SEDES REGIONAIS):

- Campinas - Rua Dr. Quirino, 560 - Centro - (19) 3775-5555
- Americana - Rua Tamoio, 411 - Vila Gallo - (19) 3405-3480
- Hortolândia - Rua Terezinha Navarro da Silva, 405 - Bairro Jardim do Bosque - (19) 3887-0994
- Indaiatuba - Rua Olímpio Pinto da Cunha, 201 - Vila Pires da Cunha - (19) 3935-6769
- Sumaré - Rua Antônio Jorge Chebab, 1598 - Centro - (19) 3873-2286
- Valinhos - Av. 11 de Agosto, 860 - Centro - (19) 3871-3522

28 de Abril - Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho

Segurança e saúde física e mental são direitos dos trabalhadores



Sindicato participa de atividade organizada pelo Cerest, no Salão Vermelho, em 23/04

No mês de abril, o **Dia Mundial da Saúde (7)** e o **Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho (28)** nos lembram de que é preciso impedir que o trabalho continue esmagando o corpo e a mente dos trabalhadores.

Os patrões até tentam esconder, mas a realidade escancara os danos causados pela exploração nos locais de trabalho na vida dos trabalhadores e de seus familiares.

Desde 2012, o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho registrou mais de 9,6 milhões de acidentes (1 notificação a cada 46s) e mais de 35 mil mortes de trabalhadores com carteira assinada (1 óbito a cada 3h 33m 56s) no país. Tudo isso sem contar os trabalhadores autônomos, MEIs, PJs e informais.

Ansiedade e depressão

Em 2025, a Previdência concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais. O equivalente ao total de habitantes dos municípios de Indaiatuba e Sumaré.

Ansiedade e depressão lideraram esses afastamentos, contrariando a ideia patronal de que saúde mental seria assunto “particular” do trabalhador.

O próprio Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho afirma que saúde física e mental são indissociáveis e que o adoecimento ocupacional já assumiu proporções epidêmicas.

Em 2025, mais de 540 mil ações trabalhistas trataram de temas ligados à segurança e à saúde no trabalho, incluindo doença ocupacional, acidentes, assédio moral, assédio sexual e condições degradantes. Quando tanta gente adocece, processa e se afasta, o problema não está no indivíduo e sim na forma como o trabalho é organizado pela empresa.

Instrumentos de defesa

O Sindicato e o Cerest formam a linha de defesa dos trabalhadores. O Cerest investiga a relação entre adoecimento e trabalho. O Sindicato organiza a base, denuncia e pressiona a empresa. Além da política, o Departamento Jurídico entra para garantir direitos, com ações de reintegração, indenização e combate a esquemas contra os trabalhadores.

Em abril, o alerta é de que saúde se defende com organização, CAT, combate ao assédio, pausas, efetivo adequado, CIPA forte, Cerest fortalecido e Sindicato presente.

Nova NR-1 e CIPAA



A partir de 26 de maio, os riscos psicossociais passam a entrar de forma explícita na fiscalização do trabalho. Isso inclui sobrecarga, assédio, metas abusivas, isolamento, pressão e falhas na organização do trabalho.

O próprio MTE orienta que o foco deve estar nas condições impostas pela empresa, não em culpar individualmente o trabalhador. Mais: que os trabalhadores devem participar na identificação, avaliação e controle dos riscos.

Por isso, defender uma CIPAA combativa é essencial: ela precisa ouvir o chão de fábrica, identificar os riscos, cobrar soluções e enfrentar o que a chefia tenta esconder.

